

Fundo Fiduciário de Timor-Leste (TFET)

Relatório do Administrador



31 de Março de, 2006



Sumário Executivo

- i. O Fundo Fiduciário de Timor-Leste (TFET), envolvendo vários parceiros de desenvolvimento, tem vindo a apoiar actividades de reconstrução e desenvolvimento em Timor-Leste desde o início de 2000. Desde o Relatório do Administrador em Abril de 2005 foram reabilitados 1650 hectares de esquemas de irrigação e 42 kms de estradas de acesso, através do Segundo e do Terceiro Projectos de Reabilitação da Agricultura; com a assistência do Projecto Fundamental de Qualidade das Escolas, o Ministério da Educação e da Cultura concluiu o seu Plano Estratégico para a Conclusão Universal do Ensino Primário (PE-CUP), tendo sido construídas 65 novas escolas primárias e uma nova Escola Básica; foi iniciada a construção de quatro novos hospitais em Maubisse, Oecussi, Maliana e Díli, e foram redigidas 7 micropolíticas segundo o Segundo Projecto de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector da Saúde; a Ponte de Cassa foi concluída através do Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas de Emergência; o Projecto de Assistência Técnica Petrolífera apoiou a adopção de legislação para a produção petrolífera, tributação e gestão de receitas e capacitação para a Divisão Tributária do Mar de Timor; e o Segundo Projecto de Pequenas Empresas reabilitou 22 mercados e prestou formação empresarial e financeira a 3,000 pessoas.
- ii. O desempenho da gestão financeira em projectos do TFET melhorou consideravelmente. As classificações da gestão financeira para o PRA III e para o PFQE foram melhoradas para um nível satisfatório desde o último Relatório do Administrador. A classificação da gestão financeira para o PPE II desceu ligeiramente para moderadamente satisfatória, como resultado de falhas na prontidão do reporte e das reconciliações. A qualidade do aprovisionamento na pasta do TFET melhorou. Todos os projectos foram classificados como pelo menos satisfatórios no aprovisionamento, enquanto que a gestão de aprovisionamento do PRDSS II e do PFQE foi classificada como altamente satisfatória. O Governo e o Banco Mundial estão a investigar possíveis aprovisionamentos indevidos de pequenas obras no PPE II e um alegado conluio num processo de concurso referente a pequenos trabalhos de reabilitação no PFQE. As taxas de desembolso aumentaram apesar do facto de vários projectos estarem a caminhar para o fim, mas é esperado que abrandem durante o resto da vida do TFET.
- iii. Todos os projectos, quer pensados quer activos, continuam a estar alinhados com o PDN, com o Programa de Estabilidade e com os Programas de Investimento Sectorial. Para lá disto, nos casos em que tal seja viável os métodos de construção e processos de aprovisionamento incidem num maior conteúdo local, sem com isso afectar a qualidade. A integração de Unidades de Gestão de Projecto (UGP) em ministérios operacionais continua. Há pessoal dos ministérios operacionais, com apoio de assessores internacionais quando necessário, a assistir cada vez mais as actividades do TFET e do Fundo Consolidado de Timor-Leste (CFTL). Desde o último Relatório do Administrador, as UGP e os assessores ajudaram de forma activa na implementação do orçamento do CFTL. A construção do Hospital Nacional de Díli é co-financiada pelo TFET e pelo CFTL, sendo a gestão financeira, o aprovisionamento e a supervisão das construções levadas a cabo pela UGP financiada pelo TFET. Estão a ser construídas cinquenta e cinco escolas primárias financiadas pelo CFTL, com apoio directo da UGP do PFQE. No Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas, todos os assessores financiados pelo PRA apoiam a gama completa dos programas do Ministério.

- iv. Em 28 de Fevereiro de 2006 haviam sido contribuídos USD 178.16 milhões¹ para o TFET e USD 177.85 milhões tinham sido comprometidos para projectos. Deste modo, o TFET está com um pequeno excedente de aproximadamente USD 0.31 milhões. Está disponível um montante adicional de USD 0.12 milhões como resultado de um reembolso ao TFET devido a um erro de aprovisionamento no PRDSS I,² o que eleva o total do excedente a USD 0.43 milhões. Em conformidade com os Programas de Investimento Sectorial, o Governo expressou uma preferência pela afectação deste excedente ao Programa de Captação de Fossas de Gás, o qual apoia a geração de electricidade nos principais centros populacionais do sul de Timor-Leste. O Governo solicita que o Conselho endosse esta afectação de forma incondicional.

I. Introdução e Cenário de Fundo

1. O Fundo Fiduciário de Timor-Leste, envolvendo vários parceiros de desenvolvimento, um componente da assistência global prometida a Timor-Leste durante uma reunião com os parceiros de desenvolvimento em Dezembro de 1999, em Tóquio, fornece verbas para apoiar actividades de reconstrução e desenvolvimento com incidência na reabilitação física de infra-estruturas económicas e sociais, desenvolvimento de políticas sectoriais, e recuperação do sector privado. Os projectos financiados pelo TFET começaram a funcionar na primeira metade de 2000. O Governo de Timor-Leste,³ em coordenação com o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), parceiros de desenvolvimento do TFET e outros intervenientes, estabelece as prioridades para os programas de trabalho do TFET. Este processo é agora facilitado pelo desenvolvimento de Programas de Investimento Sectorial e orientado pelos Grupos Sectoriais de Trabalho associados. Todas as actividades são implementadas por instituições do Governo, com apoio do Banco Mundial e do ADB.⁴
2. Este relatório fornece uma actualização das actividades financiadas pelo TFET desde o Relatório do Administrador de Abril de 2005, apresenta o estado das contribuições e compromissos do TFET e define as prioridades para os programas de trabalho propostos do TFET para Maio de 2006 a Abril de 2007.
3. O Apêndice Técnico inclui relatórios sobre cada projecto financiado pelo TFET.

II. Recentes Desenvolvimentos Políticos e Económicos

4. Em Janeiro de 2006 os **Governos da Austrália e de Timor-Leste assinaram um acordo para a distribuição equitativa de receitas do campo de petróleo e gás do Greater Sunrise no Mar de Timor**. Subsequentemente à ratificação do Tratado do

¹ Inclui receitas de dinheiro, notas promissórias e rendimentos de investimento.

² Esta matéria está de presente a ser considerada pelo Governo e será resolvida assim que possível.

³ O programa do TFET teve a sua origem na Missão de Avaliação Conjunta de 1999, a qual teve um igual número de representantes timorenses e internacionais. A afectação de fundos entre sectores e a prioritização de projectos é decidida por representantes timorenses: de início isto foi feito através do Conselho Consultivo Nacional, subsequentemente pelo Primeiro Gabinete de Transição, depois pelo Conselho de Ministros do Segundo Governo Transitório e actualmente pelo Conselho de Ministros da República Democrática de Timor-Leste.

⁴ O Banco Mundial (Associação Internacional de Desenvolvimento) funciona como Administrador e incide no Desenvolvimento Comunitário e Governação, Desenvolvimento do Sector Privado, Saúde, Educação, Agricultura e Desenvolvimento do Sector Petrolífero; O ADB incide nas Infra-estruturas, Abastecimento de Água e Saneamento e Microfinanças.

Mar de Timor em Março de 2003, o desenvolvimento do campo de petróleo e gás do Bayu-Undan avançou e a produção de líquidos começou em Abril de 2004. Uma segunda fase teve início, envolvendo a condução de gás seco para Darwin, na Austrália, a fim de ser recuperado como gás natural liquefeito. No seguimento da promulgação em 2005 de uma Lei Petrolífera, uma Lei de Tributação Petrolífera e uma Lei do Fundo Petrolífero, o Governo conduziu uma “exposição itinerante” em Singapura, Londres, Calgary e Houston. O concurso para o licenciamento da exploração petrolífera perto da costa teve início em Fevereiro de 2006.

5. Tendo abraçado o princípio de gestão transparente das receitas petrolíferas bem antes do lançamento da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas, **Timor-Leste é um país piloto para a ITIE**. A Lei do Fundo Petrolífero estabelece uma política de poupanças com vista a preservar o valor real da riqueza petrolífera dispersando as despesas ao longo de um horizonte infinito, salvaguardando um orçamento sustentável na perpetuidade. Em Setembro de 2005 o Governo estabeleceu um Fundo Petrolífero para recolher todas as receitas do petróleo. Os levantamentos anuais dos rendimentos sustentáveis devem ser aprovados pelo Parlamento e integrados nos processos regulares do orçamento. Em finais de 2005 foi criada uma Divisão de Assessoria de Investimento, tendo sido emitidos dois relatórios trimestrais atempadamente.
6. Num contexto de preços petrolíferos num alto histórico, **as receitas petrolíferas de Timor-Leste continuaram a aumentar rapidamente, chegando aos USD 350 milhões no AF de 2006**, mais do dobro do registado no orçamento de USD 130 milhões para o AF de 2005. As projecções a médio prazo indicam que as receitas petrolíferas irão crescer para mais de mil milhões de dólares por ano no AF de 2008. Em finais de Dezembro de 2005, o Fundo Petrolífero tinha acumulado depósitos de cerca de USD 370 milhões. As receitas domésticas aumentaram ligeiramente para USD 34 milhões, apesar do abrandamento das importações e da actividade económica local, estando esperado que aumentem para USD 50 milhões por ano até ao AF de 2010.
7. Com a iniciação da produção petrolífera e com preços elevados, **os Rendimentos Nacionais Brutos estão a aumentar de forma considerável. Ao mesmo tempo, o Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero está a crescer de uma forma apenas modesta**. Após um declínio de cerca de 6 por cento ao ano em 2002 e 2003, o PIB não petrolífero recuperou ligeiramente crescendo 0.4 por cento em 2004 e uns estimados 1.8 por cento em 2005, reflectindo uma melhoria pós-seca no sector da agricultura e uma expansão na actividade do sector bancário. É esperado que o PIB não petrolífero cresça cerca de 4.5 por cento a médio prazo. Com um crescimento populacional bem superior a 3 por cento ao ano, **o PIB per capita diminuiu gradualmente para USD 364 em 2005, sendo assim que é muito provável que a pobreza esteja a aumentar**.
8. **A inflação caiu para 0.9 por cento em 2005**, em resposta à redução nos preços dos alimentos como consequência da diminuição da presença de internacionais, combinada com uma melhoria da produção agrícola. É esperado que a inflação estabilize por volta dos 2.5 por cento com base na baixa inflação internacional e na ausência continuada de pressões domésticas de procura. As exportações não petrolíferas têm permanecido constantes nos USD 8.1 milhões em 2005, dos quais USD 7.6 milhões dizem respeito ao café. É esperado que as exportações de café

aumentem a médio prazo, como resposta a preços internacionais mais elevados e a uma melhor comercialização; outras exportações estão a crescer a um ritmo mais acentuado, mas partindo de uma base menor. **O défice comercial diminuiu para uns estimados USD 171 milhões em 2005,**⁵ representando cerca de 49 por cento do PIB não petrolífero.

9. **Os níveis salariais globais permanecem elevados** em comparação com países vizinhos, o que prejudica a competitividade em termos de investimentos internacionais e limita a criação de emprego para mão-de-obra não qualificada. Por exemplo, em Timor-Leste o vencimento comum para trabalho não qualificado ronda os USD 85 por mês, em comparação com USD 45 na Indonésia e USD 20 no Vietname. Ao mesmo tempo, **as taxas de desemprego são elevadas.** A nível nacional, o desemprego aumentou para 8.5 por cento da força de trabalho, a partir de cerca de 6 por cento em 2001.⁶ Nas áreas urbanas de Díli e Baucau, o desemprego global aumentou ligeiramente de 21 por cento em 2001 para 23 por cento, tendo a taxa de desemprego entre os jovens caído de 45 por cento em 2001 para 40 por cento. As taxas de desemprego são mais elevadas em Díli, com 27 por cento no geral e 44 por cento entre os jovens.
10. Embora tenha sido mostrado algum interesse em concessões para a exploração de recursos naturais, tais como as pescas e as florestas, **os investimentos até aqui foram escassos.** Contudo a TradeInvest Timor-Leste realizou a sua primeira grande conferência de investimento em Novembro de 2005 e aprovou recentemente duas propostas de investimento nas indústrias do café e das pescas, no total de cerca de USD 19 milhões. **A actividade do sector financeiro continua a expandir-se rapidamente.** Os depósitos bancários aumentaram para USD 99 milhões em 2005, em relação aos USD 84 milhões no ano anterior. Os empréstimos de bancos comerciais subiram 23 por cento para USD 88 milhões, após terem mais que triplicado em 2004. A qualidade da pasta diminuiu, com os empréstimos malparados a representarem 12.8 por cento do total dos empréstimos em finais de Dezembro de 2005. As instituições de microfinanças permanecem pequenas em termos de dólares, mas chegam a entre um quinto e um quarto das famílias pobres.

III. Realizações na pasta do TFET desde Abril de 2005

11. O **Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN)** estabelece a visão de desenvolvimento de Timor-Leste para 2020 e as metas concretas a atingir até meados de 2007. As prioridades do PDN foram definidas na base de um processo de consulta a nível nacional concluído mesmo antes da restauração da Independência. Em Fevereiro de 2004 o Governo definiu um Programa de Estabilidade com o intuito de precisar a incidência a curto prazo sobre a governação, prestação de serviços de educação e saúde, e criação de emprego produtivo no sector privado e na agricultura. Desde a última reunião do Conselho de Parceiros de Desenvolvimento do TFET, o Governo reviu os Programas de Investimento Sectorial (PIS) para 17 sectores, reflectindo a nova estrutura do Governo, actualizou custos e compromissos dos

⁵ Excluindo receitas petrolíferas.

⁶ O desemprego abrange as pessoas que estão em idade para trabalhar mas que não trabalham há 7 dias. Estes números incluem tanto aqueles que estão activamente à procura de trabalho como os que não estão. Os dados para 2001 são baseados no Estudo sobre os Níveis de Vida em Timor-Leste. Os dados para 2004 são baseados no Censo Nacional.

parceiros de desenvolvimento, e ajustou prioridades. Todas as actividades do TFE, novas e em curso, estão integradas e alinhadas com os PIS.

12. Desde o arranque do TFET **foram concluídos catorze projectos**: o Primeiro e Segundo Projectos de Reabilitação da Agricultura (PRA I e II), o primeiro Projecto de Assistência Técnica Petrolífera (PATP I), o Projecto de Geração de Emprego em Díli (PGED), o Primeiro, Segundo e Terceiro Projectos de Autonomização das Comunidades (PAC I, II & III), o Projecto de Prontidão de Escolas com Carácter de Emergência (PPEE), o Primeiro Projecto de Pequenas Empresas (PPE I), o Primeiro e Segundo Projectos de Reabilitação do Abastecimento de Água e Saneamento (PRAAS I & II), o primeiro Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas de Emergência (PRIE I), o Projecto de Microfinanças, e o Primeiro Projecto de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector da Saúde (PRDSS I).
13. **Existem actualmente oito projectos activos financiados pelo TFET**: O Segundo Projecto de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector da Saúde (PRDSS II), o Segundo Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas de Emergência (PRIE II), o Projecto Fundamental de Qualidades das Escolas (PFQE), o Segundo Projecto de Pequenas Empresas (PPE II), o Projecto de Capacitação de Instituições Económicas (PCIE), o Segundo Projecto de Assistência Técnica Petrolífera (PATP II), o Terceiro Projecto de Reabilitação da Agricultura (PRA III), e o Projecto de Investimentos Prioritários no Sector da Energia (PIPSE). Está a ser preparado um novo projecto, o Projecto de Captação de Fossas de Gás, assim como suplementos ao PRDSS II e ao PIPSE.
14. **Os funcionários financiados pelo TFET estão cada vez mais a apoiar a implementação de actividades do CFTL, ajudando assim a fortalecer a capacidade nos ministérios relevantes.** A integração de Unidades de Gestão de Projecto em ministérios operacionais continua. Os funcionários de ministérios operacionais, com apoio de assessores internacionais quando necessário, estão a ajudar cada vez mais nas actividades do TFET e do CFTL. Desde o último Relatório do Administrador, as UGPs do TFET e os assessores assistiram activamente a implementação do orçamento do CFTL. A construção do Hospital Nacional de Díli é co-financiada pelo TFET e pelo CFTL, sendo a gestão financeira, o aprovisionamento e a supervisão da construção levados a cabo pela UGP financiada pelo TFET. No Ministério da Educação e Cultura, a Unidade de Serviços apoiada pelo TFET mantém elevados padrões de concepção, concurso e supervisão da construção de escolas. Estão a ser construídas cinquenta e cinco escolas financiadas pelo CFTL, com apoio directo da UGP do PFQE. No Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas, todos os assessores apoiam a totalidade dos programas do Ministério.
15. O **Segundo Projecto de Reabilitação da Agricultura** encerrou desde o último Relatório do Administrador. Sob o PRA II foram estabelecidas dez Associações de Utilizadores de Água, juntamente com os pequenos esquemas de irrigação reabilitados pelo Projecto. Os esforços de reabilitação atingiram 3,908 hectares de esquemas de irrigação (186 por cento do alvo original) e 123 km de estradas (123 por cento do alvo). Até ao encerramento do projecto em Junho de 2005, as actividades do PRA II sobrepuseram-se às do PRA III de modo a garantir a continuidade das actividades alinhadas. Em Setembro de 2005 foi finalizado um Relatório de Conclusão de Implementação (CRI).

16. Sob o **Terceiro Projecto de Reabilitação da Agricultura**, o Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas (MAFP) colocou a Equipa de Informação do Projecto dentro do Centro de Investigação e Pesquisa do Ministério, directamente sob o Secretário Permanente. Este é um desenvolvimento institucional positivo, visto permitir à equipa servir todas as unidades subsectoriais do MAFP. Foi também recrutado um Líder da Equipa de Informações e em breve será mobilizado um Assessor de Extensão / Comunicações. Estão a ser distribuídos materiais de informação e emitidas frequências de rádio, tendo os funcionários recebido formação em extensão e produção de meios de comunicação. Foi desenvolvido um sistema bem estabelecido para vacinação contra febre de porcos e septicemia hemorrágica (gado e búfalos), devendo ser possível atingir uma cobertura de 100 por cento em relação aos animais de criação. O financiamento pleno do CFTL começará no AF de 2008. Estas campanhas de vacinação são implementadas com a ajuda de privados das aldeias que trabalham com animais, sendo que 265 (27 mulheres) receberam formação, constituindo assim um quadro de vacinadores actuais e futuros para os programas de vacinação do Governo. O MAFP aboliu a sua Unidade de Gestão de Projectos e transferiu todas as responsabilidades para o pessoal do Ministério, apoiado por assessores. A Unidade de Negócios Agrícolas, estabelecida em 2005 com ajuda do PRA II, está prestes a tornar-se operacional, tendo já sido emitidas descrições de cargos.
17. O **Projecto de Capacitação das Instituições Económicas** caminha para o fim, tendo sido encerrados três dos quatro componentes. Em 2003 foi concluído um programa de formação em economia, incluindo formação prática e acompanhamento de mentor, tendo o trabalho na preparação das contas nacionais sido concluído em 2004. O sistema de informações de gestão financeira FreeBalance foi implementado e está agora estável, ajudando ao registo e reporte de transacções básicas. Foram instalados módulos de activos e aprovisionamento, embora estes elementos não tenham sido bem integrados no sistema principal e os funcionários tenham registado dificuldades na obtenção de relatórios que dêem resposta aos seus requisitos específicos. Várias destas questões deverão ser tratadas no futuro Programa de Capacitação de Planeamento e Gestão Financeira. Desde Abril de 2005 tem sido conduzido um estudo de opções relativamente à importação e distribuição de todo o combustível (Governamental e não Governamental), com vista a reduzir os custos do combustível e a melhorar o processo de concurso para a aquisição de combustível. O Gabinete de Aprovisionamento do Ministério do Plano e das Finanças solicitou propostas para a construção de uma instalação de armazenamento de combustível e para o abastecimento de gasóleo e outros produtos petrolíferos para as necessidades do Governo durante três anos. O concurso encerrou em Dezembro de 2005, estando o Governo actualmente a considerar as propostas.
18. Os trabalhos físicos financiados sob o **Segundo Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas de Emergência** estão agora de acordo com o planeado. As actividades de gestão e formação dos funcionários do Ministério das Obras Públicas estão em curso, havendo um consultor a prestar apoio para a supervisão do Programa Rodoviário Baucau-Viqueque. A construção da Ponte de Cassa foi concluída em 10 de Junho de 2005. A data de encerramento do projecto foi alargada para 30 de Novembro de 2006, de modo a permitir a conclusão dos contratos de construção civil planeados.

19. O **Projecto Fundamental de Qualidade das Escolas** ajudou o Ministério da Educação e da Cultura na construção e melhoramento de quatro novas Escolas Básicas e de 119 novas escolas primárias. Desde o início do Projecto foram concluídas 90 novas escolas primárias e quatro novas escolas básicas, estando 13 em construção. O PFQE apoiou a preparação do Plano Estratégico para a Conclusão Universal do Ensino Primário (PE-CUP) e o desenvolvimento e execução de um Quadro Nacional de Política Educativa, cuja proposta aguarda aprovação pelo Conselho de Ministros. A revista *Lafaek*, a única publicação de massas em tétum, é produzida em colaboração com o Governo e com a CARE Internacional. Chegando a umas estimadas 200,000 crianças em idade escolar por todo o país, a *Lafaek* promove a alfabetização e fornece várias informações sobre temas actuais, bem como histórias tradicionais breves.
20. Segundo o **Primeiro e Segundo Projectos de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector da Saúde**, e com assistência bilateral, o Ministério da Saúde concluiu nove micro-políticas: saúde reprodutiva, planeamento familiar, lepra, nutrição, saúde infantil, promoção da saúde, vacinação, saúde mental e tuberculose. Começaram os trabalhos de construção civil para os novos hospitais em Dili, Maubisse, Oecussi, e Maliana, bem como para o laboratório central. Desde o início do programa foi concluído um total de 28 Centros de Saúde Comunitária. As conclusões do Estudo Demográfico e de Saúde foram emitidas em 2005, tendo o MS ajustado a população alvo para estatísticas administrativa de saúde usando dados do Censo Nacional de 2004. As taxas de vacinação de DPT-3 e sarampo são 52 por cento e 50 por cento, respectivamente, e a procura pelos serviços de saúde aumentou, tal como se pode ver pelo crescimento das visitas externas per capita para 2.2, o que ainda é baixo de acordo com os padrões regionais. Alguns distritos desenvolveram boas práticas que podem servir como modelos úteis para outros distritos.
21. O **Segundo Projecto de Assistência Técnica Petrolífera** continua a apoiar o desenvolvimento do sector petrolífero através do fortalecimento de duas instituições vitais do Governo – o Gabinete do Mar de Timor e a Divisão Tributária do Mar de Timor. O projecto prestou capacitação em previsão de receitas petrolíferas e melhores auditorias a contribuintes do Mar de Timor. Contribuiu também para a redacção de legislação do sector petrolífero, um novo Código de Extracção Petrolífera e um Contrato Modelo de Partilha de Produção para a Área Conjunta de Desenvolvimento de Petróleo, assim como uma nova Lei Petrolífera e um Contrato Modelo para o regime de produção petrolífera de Timor-Leste no interior e no mar. As leis foram aprovadas pelo Parlamento em Novembro de 2005.
22. Sob o **Segundo Projecto de Pequenas Empresas**, mais de 8,000 timorenses participaram em actividades de formação empresarial oferecidas pelos cinco Centros de Desenvolvimento de Empresas, o que excede em muito os alvos previstos. Dos participantes, 39 por cento foram mulheres, o que representa um aumento em relação aos 35 por cento de Abril de 2005, e 49 por cento eram jovens (com menos de 30 anos). O Governo está actualmente a rever opções com vista a garantir a continuação da rede BDC após o encerramento do projecto em Dezembro de 2006. A reabilitação de 41 mercados locais foi concluída, a partir de um alvo de 73. Todos os trabalhos de construção civil relativos ao programa de reabilitação de mercados são conduzidos por firmas sedeadas nos distritos, contribuindo assim para o emprego local. A TradeInvest Timor-Leste, a instituição de promoção do investimento externo e das

exportações, está a dar os seus primeiros passos, sendo presidida por um Director Geral internacional que passou a ser financiado pela USAID (anteriormente era-o pelo PPE) em Fevereiro de 2006. O primeiro fórum nacional de empresas teve lugar em Junho de 2005 e o segundo em 30 e 31 de Março de 2006. Está em curso um estudo de viabilidade para a criação de uma Zona Económica Especial (ZEE).

23. Desde o último Relatório do Administrador foram realizadas **Missões Conjuntas com Parceiros de Desenvolvimento** nos sectores da agricultura, saúde e educação. Missões de Supervisão Regulares visitaram Díli para todos os projectos activos. Não se realizaram quaisquer missões de reestruturação.

IV. Questões da Pasta

24. Os **acordos de gestão financeira** para projectos do TFET foram revistos pelo Administrador em Fevereiro de 2006, altura em que foi recomendado restaurar as classificações do PRA III e do PFQE para **satisfatórias**. No caso do PPE II, as falhas na prontidão do reporte e das reconciliações levaram a uma redução ligeira da classificação, de satisfatória para **moderadamente satisfatória**. O projecto comprometeu-se a dar resposta a preocupações dentro do presente trimestre. A auditoria à pasta não revelou quaisquer questões abrangentes que necessitem de atenção. Foram lançadas discussões em relação a acordos de auditoria para o AF de 2006.
25. A **qualidade do aprovisionamento na pasta do TFET é, em grande medida, satisfatória**. O aprovisionamento no PRDSS II e no PFQE está a avançar bem, com classificações **altamente satisfatórias**. O projecto de saúde atribuiu grandes contratos para obras (reabilitação dos Hospitais de Díli, Maubisse, Maliana e Oecussi) e para compra de bens (medicamentos e produtos médicos). O programa de construção de escolas é considerado como sendo um modelo para concursos locais. O PRA III mantém a sua classificação **satisfatória**. Ocorreram alguns atrasos na conclusão do esquema de irrigação de Caraulun. A classificação do PPE II foi melhorada de não satisfatória para **satisfatória** em Dezembro de 2005. O Banco Mundial aguarda a resposta oficial do Governo a inquéritos sobre possíveis aprovisionamentos indevidos em duas obras muito pequenas de reabilitação de mercados do PPE II (abaixo de USD 10,000) concluídas em princípios de 2005. O Banco está também a dar seguimento a um relatório do PFQE relativo a um alegado conluio num processo de concurso referente a alguns pequenos trabalhos de reabilitação (abaixo de USD 50,000) envolvendo quatro empreiteiros locais. O aprovisionamento foi cancelado e o relatório foi transferido para a Unidade de Serviços de Aprovisionamento do Governo e para a Unidade de Investigação Bancária para mais acção.
26. **As taxas de desembolso aumentaram apesar do facto de vários projectos caminharem para o fim**. O total cumulativo dos desembolsos sob o TFET em 28 de Fevereiro de 2006 foi USD 163.15 milhões. Desde o último Relatório do Administrador foram desembolsados USD 15.14 milhões, representando uma média mensal de desembolsos de USD 1.26 milhões, superior aos USD 1.04 milhões por mês registados no período anterior. Excepto no caso do Projecto de Investimento Prioritário no Sector da Energia, os projectos têm atrasos de desembolso inferiores a dois meses. Os desembolsos dos projectos deverão abrandar durante o restante da vida do TFET, em face dos montantes limitados que faltam desembolsar.

27. O Administrador continua a emitir um relatório de **Actualização Mensal do TFET** num formato de matriz de fácil uso colocado no seu portal em tétum e inglês (www.worldbank.org/tl). O relatório destaca resultados importantes para cada projecto, assim como questões de gestão e factores de risco. Para lá disso, tanto o Governo como os parceiros de desenvolvimento do TFET continuam a receber o relatório mensal de gestão da pasta, tal como os Auxiliares de Memória de missões de supervisão de projectos específicos.

V. Estado Financeiro do TFET

28. A Tabela 1 mostra os acordos de verba existentes e esperados do TFET. Em 28 de Fevereiro de 2006 tinham sido assinados 27 acordos de verba, incluindo suplementos, no valor de USD 166.77 milhões. De acordo com a resolução do TFET, 6 por cento do total dos fundos da contribuição de parceiros de desenvolvimento através de dinheiro ou notas promissórias foram reservados para custos de preparação, supervisão e administração de projectos, elevando o total dos compromissos a USD 176.78 milhões. Para lá disto, os compromissos para acordos de verba em preparação totalizaram USD 1.07 milhões, elevando o total dos compromissos de projecto para o actual programa de trabalho até aos USD 177.85 milhões.

29. A Tabela 2 apresenta as contribuições concretas e pendentes dos parceiros de desenvolvimento ao TFET. A autoridade comprometida acumulada, incluindo rendimentos de investimento de aproximadamente USD 8.93 milhões desde o arranque do TFET, foi de USD 178.16 milhões em 28 de Fevereiro de 2006.

Tabela 1. Financiamentos do TFET Existentes e Previstor por Projecção em 28 de Fevereiro 2006

Actividade/Projecto/Financiamento	Data de Financiamento	Montante (USD m) ¹
Estudo de Recursos Humanos	18 Janeiro 2000	0.38
Desenvolvimento Comunitário	21 Fevereiro 2000	9.00
Emprego Comunitário em Dili	3 Abril 2000	0.49
Infra-Estruturas de Emergência (ADB)	5 Abril 2000	27.80
Pequenas Empresas [1]	13 Abril 2000	4.79
Saúde [1]	6 Junho 2000	12.69
Educação [1] ¹	21 Junho 2000	13.89
Agricultura [1] ¹	21 Junho 2000	6.79
Água e Saneamento [1] (ADB)	15 Agosto 2000	4.50
Microfinanças (ADB)	18 Dezembro 2000	4.00
Criação de Qualificações	26 Fevereiro 2001	0.60
Desenvolvimento Comunitário [2]	21 Maio 2001	8.50
Água e Saneamento [2] (ADB)	27 Agosto 2001	4.50
Saúde [2]	15 Outubro 2001	12.60
Educação [2]	29 Outubro 2001	13.90
Pequenas Empresas [2]	29 Outubro 2001	7.50
Agricultura [2]	29 Outubro 2001	8.00
Infra-Estruturas de Emergência suplementar (ADB)	31 Outubro 2001	1.96
Porto de Hera, parte de Agricultura 2 (ADB)	27 Novembro 2001	1.00
Infra-Estruturas [2] (ADB)	18 Maio 2002	9.00
Desenvolvimento Comunitário [3]	1 Julho 2002	1.50
Assistencia Técnica Petrolífera	10 Dezembro 2002	0.24
Petroleum Technical Assistance [2]	30 Julho 2003	1.70
Agricultura [3]	26 Janeiro 2004	3.00
Criação de Qualificações suplementos	3 Junho 2004	0.35
Educação – suplemento para a educação [2]	1 Setembro 2004	6.70
Investimento Prioritário no Sector Energético	1 Abril 2005	1.39
Valor Total de Acordos Assinados		166.77
Custos de preparação e supervisão dos projectos (alocações até à data)		8.31
Custos de preparação e supervisão pendentes ²		0.03
Taxa fiduciária e gestora ³		1.67
Total de contribuições até à data		176.78
<i>Em preparação/Previstos</i>		
Programa de Pequenos Trabalhos na Saúde - suplemento para a saúde [2]		0.20
Projecto de Captação de Fossas de Gás		0.54
Investimento Prioritário no Sector Energético – suplemento		0.33
Total de Contribuições de Acordos Previstos		1.07
Total até à data		177.85

Notes:

1. “Montante para o Projecto” é idêntico ao montante total do Financiamento Acordado (USD) para projectos em execução, ou ao montante despendido na totalidade (USD) para os projectos encerrados/concluídos.
2. Custos de preparação e supervisão a saldar abaixo dos 5 por cento durante o TFET. O cálculo baseia-se sobre a totalidade dos fundos de USD 166.85 milhões contribuídos pelos doadores (numerário e notas promissórias) para o TFET e não inclui fundos adicionais do Banco Mundial e do ADB utilizados para apoiar os custos dos projectos durante a execução do TFET.
3. A taxa fiduciária e gestora de um por cento paga-se sobre a totalidade das contribuições de doadores recebidos no TFET para cobrir a gestão do fundo fiduciário.

**Tabela 2. Solicitações e Contribuições Concretas e Pendentes do TFET em 28 Fevereiro 2006
(equivalente em USD milhões)**

Parceiro de desenvolvimento	Promessas	Dinheiro Recebido ou Notas Promissórias de Contribuição	
		Acordo	Concreto
Portugal ^(a)	50.00	50.00	50.00
Comissão Europeia	50.67	50.67	50.67
TFET do Japão	28.00	25.90	25.90
Japão (DPRH) ^(b)	-	2.00	2.00
Austrália ^(c)	12.43	12.43	12.43
Reino Unido	10.18	10.18	10.18
Banco Mundial	10.00	10.00	10.00
Finlândia	3.72	3.72	3.72
Noruega	2.39	2.39	2.39
Estados Unidos da América	0.50	0.50	0.50
Irlanda	0.47	0.47	0.47
AID-PCF	0.38	0.38	0.38
Nova Zelândia	0.36	0.36	0.36
Itália	0.21	0.21	0.21
Total da Autoridade Comprometida		169.23	169.23
Rendimentos de investimento ^(d)		8.93	8.93
Financ. Disponível p/ Programa de Trabalho Actual		178.16	178.16

Notas: ^(a) Portugal contribuiu com USD 45 milhões em dinheiro, havendo ainda USD 5 milhões relativos a uma nota promissória.

^(b) A promessa do Japão foram USD 28 milhões, dos quais USD 2 milhões foram atribuídos a partir do Fundo Fiduciário de Desenvolvimento de Política e Recursos Humanos (DPRH) anterior ao estabelecimento do TFET.

^(c) A Austrália contribuiu também com USD 650,000 para o co-financiamento do primeiro programa educacional do TFET.

^(d) Os rendimentos concretos são baseados numa estimativa de saldo mensal médio de USD 19.2 milhões, em relação ao período até 28 de Fevereiro de 2006.

VI. Actividades em Preparação e Propostas

30. Estão a ser concluídas as verbas suplementares pendentes para o Segundo Projecto de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector da Saúde, de USD 0.2 milhões, e para o Projecto de Investimento Prioritário no Sector da Energia, de USD 0.325 milhões, estando também a ser preparado o Projecto de Captação de Fossas de Gás, no valor total de USD 0.54 milhões.
31. Tal como se mostra nas Tabelas 1 e 2, o TFET está com um excedente de USD 0.31 milhões. Está disponível um montante adicional de USD 0.12 milhões como resultado de um reembolso ao TFET devido a um erro de aprovisionamento no PRDSS I,⁷ o que eleva o total do excedente a USD 0.43 milhões. De acordo com o que foi feito no passado, propõe-se que o excedente seja afectado para áreas de prioridade identificadas pelo Governo e aceites pelos parceiros de desenvolvimento, tendo o Governo indicado a sua intenção de reafectar estes fundos para o Projecto de Captação de Fossas de Gás.

⁷ Esta matéria está de presente a ser considerada pelo Governo e será resolvida assim que possível.

Tabela 3. Programa de Trabalho Aprovado e Proposto

Actividade / Data de Aprovação	Montante do Acordo de Verba.* (USDm)
Actividade Aprovada em Junho de 2003 (RTLDP em Díli)	
Programa de Pequenas Obras na Saúde – suplemento à Saúde [2]	0.200
Actividade Aprovada em Maio de 2004 (RTLDP em Díli)	
Projecto de Captação de Fossas de Gás	0.540
Actividade Aprovada em Maio de 2005 (RTLDP em Díli)	
Projecto de Investimento Prioritário no Sector da Energia	0.325
Actividade Proposta em Maio de 2006 (RTLDP em Díli)	
Projecto de Captação de Fossas de Gás	0.430
Total do programa de trabalho pendente	1.495

*Os acordos de verba podem variar em 20 por cento acima ou abaixo dos montantes propostos, mediante decisão do Administrador e do Recipiente, sem recurso ao Conselho de Parceiros de Desenvolvimento do TFET.

VII. Acordos de Trabalho Futuros

32. Tal como foi acordado em Abril de 2005, o Administrador submeterá um Relatório escrito aos parceiros de desenvolvimento a cada ano, em conjunto com a reunião anual do Conselho de Parceiros de Desenvolvimento do TFET.

VIII. Aprovação do Programa de Trabalho do TFET

33. Recomendo ao Conselho de Parceiros de Desenvolvimento que aprove o programa de trabalho proposto para Abril de 2006 a Março de 2007, incluindo a afectação do excedente do TFET às actividades do programa de trabalho proposto descritas na Secção (parágrafo 31). O Administrador agradece que quaisquer objecções ao programa de trabalho proposto sejam recebidas até 3 de Abril de 2006.

Xian Zhu
Representante do Administrador

Anexos

1. Desembolsos Estimados do TFET no Final do Período Reportado
2. Resumo do TFET: Desembolsos Concretos vs Previstos em 31 de Março de 2005

Apêndice Técnico: Panoramas de Projecto

Anexo 1. Desembolsos Estimados do TFET no Final do Período Reportado

Actividade / Projecto / Verba	Data de Acordo da Verba	Acordo da Verba USD milhões	Desembolsos Cumulativos	Saldo em 28 de Fevereiro de 2006
Estudo de Recursos Humanos	18 Janeiro 2000	0.40	0.38 ¹	0.00
Autonomização Comunitária [I]	21 Fevereiro 2000	9.00	9.00	0.00
Emprego Comunitário em Díli	3 Abril 2000	0.50	0.49 ¹	0.00
Pequena Empresa [1]	13 Abril 2000	4.85	4.79 ¹	0.00
Infra-estruturas de Emergência [I] (ADB)	19 Abril 2000	27.80	27.80	0.00
Saúde [1]	6 Junho 2000	12.70	12.69 ¹	0.00
Educação [1]	21 Junho 2000	13.90	13.89 ¹	0.00
Agricultura [1]	21 Junho 2000	6.80	6.79 ¹	0.00
Água e Saneamento [1]	15 Agosto 2000	4.50	4.50	0.00
Microfinanças [1]	18 Dezembro 2000	4.00	4.00	0.00
Capacitação Económica	26 Fevereiro 2001	0.95	0.91	0.04
Autonomização Comunitária [2]	21 Maio 2001	8.50	8.50	0.00
Água e Saneamento [2]	27 Agosto 2001	4.50	4.50	0.00
Saúde [2]	15 Outubro 2001	12.60	9.36	3.24
Educação [2]	29 Outubro 2001	20.60	19.20	1.40
Pequena Empresa [2]	29 Outubro 2001	7.50	4.60	2.90
Agricultura [2]	29 Outubro 2001	8.00	7.99	0.01
Infra-estruturas de Emergência (suplementar)	31 Outubro 2001	2.00	1.96 ¹	0.04
Porto de Hera (parte da Agricultura 2)	27 Novembro 2001	1.00	1.00 ¹	0.00
Infra-estruturas de Emergência [2] (ADB)	18 Maio 2002	9.00	5.26	3.74
Autonomização Comunitária [3]	1 Julho 2002	1.50	1.50	0.00
Assistência Técnica Petrolífera [I]	10 Dezembro 2002	0.24	0.24	0.00
Assistência Técnica Petrolífera [2]	30 Julho 2004	1.70	1.45	0.25
Agricultura [3]	26 Janeiro 2004	3.00	2.32	0.68
Investimento Prioritário no Sector da Energia	1 Abril 2005	1.39	0.60	1.33
Preparação e supervisão de projecto		8.34	8.31	0.03
Taxa fiduciária e de gestão		1.67	1.62	0.05
<i>Em preparação</i>				
Saúde – Suplemento à Saúde [2]		0.20	n/d	0.20
Captação de Fossas de Gás		0.54	n/d	0.54
Investimento Prioritário no Sector da Energia (suplementar)		0.33	n/d	0.33
Montantes totais em 28 de Fevereiro de 2006		177.14	147.87	29.44

NOTA: Para todos os projectos assinalados com ¹ houve pequenos saldos não desembolsados no final que foram disponibilizados para reafecção.

Anexo 2. Resumo do TFET: Desembolsos Concretos vs Previstos em 28 de Fevereiro de 2006

